



A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL (ONG): ESTUDO DE CASO

Rayra Cristina da Costa (DPsi/UFMT) – rayra22costa@gmail.com
Gislayne Cristina Figueiredo (DPsi/UFMT) – gislaynecf@hotmail.com
GT 5: EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

Resumo:

Desde os primórdios da história do país, e em função da ausência e/ou insuficiência das políticas públicas e serviços ofertados pelo Estado, boa parte das atividades da área social – como saúde, assistência social e educação - foi realizada por instituições de cunho filantrópico, as hoje chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Esta pesquisa investigou como estão se dando as práticas da psicologia em uma ONG que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no período de contrarturno escolar, tendo como foco conhecer o trabalho do profissional na instituição e como a comunidade por ela atendida compreende esse serviço. Pode-se assinalar que esta, assim como outras ONGs, possui um caráter ambivalente em sua atuação, porque se por um lado contribui com a organização da sociedade civil e com o oferecimento de um trabalho essencial a famílias e a uma comunidade socialmente vulnerável, por outro reproduz uma prática de cunho assistencialista, ao utilizar-se de trabalho voluntário, centrado nos indivíduos, com atividades pontuais e sem articulação com os demais serviços da rede. Conclui-se pela necessidade de uma atuação da psicologia que seja de cunho psicossocial e que tenha como horizonte a superação da vulnerabilidade social e a emancipação de pessoas e da comunidade.

Palavras-chave: Socioeducação. ONGs. Psicologia.

1 Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de campo que compõe um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação de Psicologia, o qual teve como objetivo principal conhecer quais são os sentidos atribuídos pelos usuários à uma instituição não governamental à atuação do psicólogo nessa organização, buscando compreender qual o lugar ocupado por essa (e) profissional (e) na dinâmica institucional, conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo mesmo no cotidiano institucional juntamente aos atendidos e famílias, entender a dinâmica institucional e sua inserção na comunidade, deste modo, averiguando a contribuição da ONG na referida comunidade.

O termo ONGs surgiu após a segunda guerra mundial, em virtude de ações da sociedade civil por conta de questões de ordem social as quais o Estado não estava conseguindo suprir, tendo sua base atrelada à religião e ao assistencialismo ainda hoje vigente. No Brasil o termo foi usado como uma forma identitária ao movimento social pela luta de transformações políticas do país nos anos 70.

No terceiro setor e ONGs, a inserção da psicologia ainda é recente e escassos os estudos na literatura que evidenciem como está sendo desenvolvido o trabalho da (o)

psicóloga(o), surgindo então a necessidade da presente pesquisa neste campo de atuação tão significativo e ainda bastante inexplorado de atuação.

Assim, a presente pesquisa visa compreender como o trabalho do profissional da psicologia em uma ONG é significado pelos atores envolvidos, buscando contribuir com o estudo sobre a inserção do psicólogo nessa área de atuação. Com isso, buscou se também contribuir com a discussão sobre os modelos de atenção dentro da área socioeducativa, questionando o modelo de atuação que tem sido utilizado pelo profissional da psicologia no âmbito comunitário, além de refletir sobre o conhecimento da comunidade e do próprio psicólogo sobre a potencialidade do seu trabalho nessa área de atuação.

2 Terceiro Setor e ONGs no Brasil

O termo “terceiro setor” tem sua aparição associada aos movimentos sociais na década de 70, visando nomear entidades que militavam em defesa do meio ambiente, minorias, entre outras; sua função era de apresentar ao povo brasileiro uma forma democrática de atuação da sociedade civil sobre o cenário político, social, econômico e cultural do país. Paiva & Yamamoto (2008) descrevem que “o “terceiro setor” toma para si a responsabilidade de diminuir a pobreza e a exclusão social que assolam nosso país, através de parcerias com diversos segmentos da sociedade” (p. 233). Com isso, assumiu um papel importante na atuação junto a populações em situação de vulnerabilidade social, haja vista que as instituições humanitárias e o Estado não estavam mais proporcionando condições capazes de atender toda a população menos favorecida (MAÑAS; MEDEIROS, 2012).

Definimos Terceiro Setor como o “espaço da economia ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam atividades complementares às públicas, visando a contribuir com a solução de problemas sociais orientada ao bem comum” (MAÑAS; MEDEIROS, 2012, p.20).

Há diversos atores dentro desse setor: "organizações, movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias de vizinhanças, fundações, entidades filantrópicas, empresas cidadãs, etc" (GOHN, 2004, p.21). Uma das organizações que se destaca no Brasil, vinculada ao Terceiro Setor e que será evidenciada no presente trabalho, são as

Organizações Não Governamentais (ONG) que abrangem diversas áreas de ações sociais, seja ela de assistência, educação, cultural, socioeducativa, etc.

As primeiras aparições do termo ONG se deram após o fim da Segunda Guerra Mundial: a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a utilizar o termo "para designar organismos supranacionais e internacionais que não foram estabelecidos por acordos governamentais" (MAÑAS; MEDEIROS, 2012, p.19). Nesse período, o mundo se desestabilizou em várias questões de ordem social, as quais não conseguiram ser equacionadas pelos Estados, o que ensejou ações da sociedade civil. Estas, em geral, tinham um cunho assistencialista e estavam ligadas a religião, de tal forma que as ONGs "a partir da década de 1970 que ficaram conhecidas por seus trabalhos voltados para a execução de atividades de auto-ajuda, assistência e serviços nos campos da educação, saúde, entre outros" (p.19).

No Brasil, apesar de já existirem instituições que se assemelhavam a uma ONG, o termo só foi adotado a partir de 1970 para designar uma forma específica de instituição, no momento em que o país estava em meio a uma luta política contra o regime ditatorial imposto na época e as ONGs estavam diretamente ligadas aos movimentos sociais em oposição ao governo e pela luta de transformações políticas (PEREZ, 2005).

Pensou-se, nesse contexto, que o Estado não era o único que atendia às necessidades sociais nas sociedades capitalistas, mas que organizações sem fins lucrativos já estavam fazendo esse trabalho, há tempos, sem pesar sobre os cofres públicos. Estas organizações privadas e sem fins lucrativos não eram um fenômeno recente, sempre haviam estado ali, e algumas delas contavam com uma dilatada história, porém, até então, haviam carecido de visibilidade institucional (Paiva & Yamamoto, 2008, p. 235)

Com a aprovação do projeto de Lei 9.790/99 surgiu a utilização do termo Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para caracterizar instituições privadas sem fins lucrativos. Tal lei tencionou no sentido de um novo delineamento das organizações do Terceiro Setor, pautado em organização e ética na gestão, no gerenciamento por pessoas qualificadas e assalariadas que seriam capazes de buscar/criar planos e ações para usar os recursos financeiros que o Estado disponibilizaria, além da formalização dessa caracterização no Ministério Público.

Houve intenso debate e controvérsias sobre as modificações trazidas pela nova legislação, logo na época a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) se posicionou contra usar o termo OSCIP pois tal termo seria influenciado pelo Banco Mundial, alegando também que a defesa da atuação das OSCIPS, tal como presente na legislação, levaria à descaracterização das funções do Estado e de seus deveres para com a sociedade civil e, mais que isso, descaracterizaria as próprias ONGs, minando sua autonomia e independência em relação ao Estado e seu compromisso com o interesse público que era pautado em transparência do engajamento democrático interno. Apesar desse posicionamento, a ABONG defendeu a ideia da cooperação e utilização de recursos governamentais, assim gerando controvérsias no âmbito das ONG e OSCIP (PAIVA; YAMAMOTO, 2008; FERREIRA, 2005)

Conforme Ferreira (2005), algumas das funções das entidades civis são o fortalecimento e engajamento dos movimentos sociais dentro dessas organizações e que os repasses governamentais poderiam configurar uma estratégia de controle dos mesmos. Por outro lado, ao “avançar na prestação de serviços públicos ao mesmo tempo em que o aparelho estatal recua nos mesmos serviços, as ONGs podem estar contribuindo para a terceirização das políticas públicas” (p. 51), distorcendo assim as obrigações com o Estado, deixando a sociedade civil com a responsabilidade sobre as políticas públicas.

3 Atuação do psicólogo em ONG

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2016), a atuação da psicologia na área das políticas públicas exige profissionais psicólogos (as) que excedem o conhecimento obtido nas formações/graduações, sendo que os próprios modelos de atuação devem ser superados; é necessário ter como base o compromisso social e que toda ação tenha como princípio o sujeito como agente de mudança dessas políticas; a participação social é imprescindível.

Considerando que a psicologia, como ciência e profissão, muitas vezes reproduz uma prática e um saber elitista, cabe perguntar o que esta poderia oferecer neste âmbito, ao lidar com a exclusão social e o sofrimento daí decorrente. A inserção da Psicologia no Terceiro Setor ainda é nova e não há muitos estudos que discorrem sobre sua atuação em organizações sem fins lucrativos. Há que se considerar, no entanto, que as ONGs/OSCIPs realizam um trabalho que pode ser considerado como alocado dentro do campo

socioeducativo, da assistência e bem-estar social. Reflexões são necessárias para que essa área não continue pautada no assistencialismo historicamente propagado e além de ter a cautela de não levar a prática do consultório clínico para a organização e sim para o fortalecimento de uma clínica ampliada (ANDRADE; MORAIS, 2017).

Por outro lado, Paiva e Yamamoto (2008) nos trazem a crítica de que “ao apostar numa atuação comprometida, significa também que sugerimos um alinhamento de expectativas, sabendo onde nossa atuação esbarra dentro dos marcos do capitalismo, e dentro de um sistema social fragmentado como o terceiro setor” (p. 238), isso diz respeito a perspectivas irreais alocadas nesse campo: o profissional deve ter como sustentação de sua atuação a realidade da população no qual está inserido, suas bagagens críticas, teóricas e políticas, considerando que mesmo que a transformação social não seja imediata, não se pode perder, no entanto, o horizonte da transformação social a longo prazo.

O impacto social da atuação do psicólogo, dentro dos espaços das organizações sem fins lucrativos, poderia ser mais eficiente a partir de uma reflexão acerca da formação profissional, dos modelos teóricos adotados e da compreensão da dimensão social e política na qual estão inseridas essas organizações. Enfrentar velhos problemas e construir uma identidade para que possamos lidar com a complexidade dos problemas brasileiros. (Paiva; Yamamoto, 2008, p. 241)

Bock (1999) discorre que “o trabalho do psicólogo deve apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira” (p. 325), sua atuação deve ser marcada pelo compromisso do desenvolvimento social da população, a qualidade de vida, a emancipação, engajamento dos grupos nas esferas sociais e isso requer novos modos de laboração diante das desigualdades sociais expostas pela descaracterização das obrigações do Estado sobre as Políticas Públicas do país. Entender também que o compromisso social da profissão não se faz apenas por estar num local de bem estar social mas de fazeres psicológicos que adentrem questões que refletem a realidade social vivida (SENRA; GUZZO, 2012; PAIVA; YAMAMOTO, 2008; YAMAMOTO, 2007; FERREIRA, 2005).

4 Metodologia

Neste estudo foi utilizada a metodologia qualitativa de pesquisa, mais precisamente um Estudo de Caso de caráter exploratório, e utilizando como instrumentos

de coletas de dados entrevistas semi-estruturadas, a observação participante e a análise documental.

As observações participantes, registradas em diário de campo, foram realizadas semanalmente, e as entrevistas foram realizadas com duas mães de crianças e adolescentes matriculados na instituição, com a diretora e com a psicóloga, tendo sido gravadas após o consentimento das participantes, e posteriormente transcritas para a análise. Os documentos analisados foram disponibilizados pela instituição, sendo eles: o regimento, o estatuto da entidade, e o conteúdo do sítio da internet mantido pela ONG.

Importante assinalar que todos os procedimentos éticos foram observados, e que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso, do campus Cuiabá, área de humanas.

O local de realização do estudo e parte da coleta de dados foi na Organização Não-Governamental situada em uma cidade de grande porte da região centro-oeste do país, a qual é caracterizada como uma casa coletiva que oferece aulas em diversas modalidades em contra turno escolar para crianças e adolescentes da localidade onde se está inserida, e outra parte, em cafeterias distintas na mesma cidade referida.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a Análise de Conteúdo, haja vista que este método se dispõe a estudar as produções textuais, como os obtidos por meio das entrevistas e dos diários de campos que foram concebidos durante a pesquisa (GIL, 2010).

Foi realizada uma análise de conteúdo temático nos dados obtidos, tendo sido construídas 4 categorias, a saber: 1) A ONG pesquisada e o trabalho realizado; 2) Vinculação dos voluntários e a ONG; 3) Trabalho do psicólogo na ONG; 4) Relação dos atendidos e a ONG, as quais são discutidas a seguir.

5 A ONG pesquisada e o trabalho realizado

A associação iniciou seus trabalhos na comunidade antes mesmo de ter um local físico. Em 2013, um grupo de amigos se reuniu com o intuito de exercer a solidariedade, arrecadaram algumas cestas básicas e procuravam por um bairro para entregá-las, logo conheceram um bairro que é caracterizado por ser periférico em um município de grande porte na região centro-oeste do país. Após as entregas das cestas arrecadadas, voltaram

ao mesmo local no período natalino levando mais mantimentos, brinquedos e um amigo caracterizado como Papai Noel para interagir com as crianças da localidade.

No começo de 2014, formalizaram-se em cartório como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos para continuar as ações que logo se tornaram cada vez mais constantes. As atuações da Associação ocorriam desde ações em praças, participações em corridas e até mesmo em outras fundações, faziam campanhas de arrecadações de roupas e mantimentos sempre que possível e assim surgiu o “sonho”: “Queríamos ir além e acompanhar a vida de cada criança, dar a oportunidade delas sonharem com um futuro melhor e assim, surgiu a ideia da casa coletiva”, diz uma das fundadoras no site da ONG.

Com um terreno doado pelo pai de um dos fundadores, começaram as construções, esta realizada com ajuda dos voluntários, tanto no trabalho braçal seja carpindo o espaço, pintando, instalando janelas e subindo paredes, quanto nas doações de materiais para que a obra fosse realizada. Foram feitas uma sala na qual se encontra uma pequena biblioteca, uma área e um banheiro, e essa se tornou a casa coletiva que abriu suas portas em meados de 2015.

No começo abriam apenas somente aos sábados no período matutino para que as crianças dos bairros da região pudessem ler no local ou pegar emprestado os livros. Essas ações eram divulgadas nas redes sociais: Facebook e Instagram, e através destas apareceu uma professora de Muay Thai querendo dar aulas na instituição. As aulas continuaram sendo aos sábados, e logo foram aparecendo outros professores voluntários em diversas áreas a fim de conhecer o projeto, logo a casa foi abrindo em outros dias e períodos da semana, oferecendo atividades em diversos campos do saber.

Participam do projeto atualmente cerca de 70 crianças e adolescentes moradoras da localidade, com faixa etária entre 5 a 16 anos, e o objetivo da ONG é o de ampliar as oportunidades de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio de educação extracurricular, esporte, saúde, cultura e lazer, o que ocorre através das aulas que acontecem em contra turno escolar. Atualmente, as atividades oferecidas são: aulas de inglês, português, matemática, biologia, filosofia, xadrez, violão, balé, judô, capoeira, e jiu jitsu, além de projetos paralelos, como Educação Cívica oferecida por bombeiros, Projeto Pequeno Cidadão que oferece rodas de conversas sobre temas como Educação Ambiental, Direito Constitucional, etc, e a Jornada das Emoções

que é oferecida pela Psicóloga da instituição, ademais, também são realizados eventos em datas comemorativas abertos a comunidade próxima a sede.

Para além dessas aulas, surgem algumas oportunidades para atividades internas e externas, por exemplo: algumas crianças que fazem Ballet na instituição são convidadas para se apresentarem no teatro em parceria com a escola da profissional que oferece as aulas na ONG e os demais atendidos vão no espetáculo para prestigiar os colegas; oficinas de pintura na universidade local; visitas ao museu com rodas de conversas; passeio à horta para entender mais sobre Educação Ambiental; visita ao centro cultural do SESC local; passei ao hangar de uma empresa de aerotaxi, incluso volta de avião; visita dos projetos de extensão Física nas Nuvens que buscou compartilhar conhecimentos sobre física de maneira contemplativa e acessível a faixa etária dos atendidos, também do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do estado levando uma peça teatral com a temática da prevenção de abuso sexual infantil.

Essa ONG existe (e resiste) e tem seu funcionamento totalmente baseado no trabalho voluntário: ao todo são cerca de 115 voluntários divididos em professores, monitores, e organizadores, esses são pessoas que disponibilizam de um tempo na sua agenda para dedicação a esse compromisso semanal. Há também os voluntários que ajudam na disponibilização dos lanches que são oferecidos todos os dias nos intervalos das aulas e aqueles que ajudam com uma contribuição mensal para que a casa continue com seu funcionamento, custeando os gastos de água e energia, para além disso, vários profissionais da rede privada da saúde ficam disponíveis para ajudar nas demandas de dentista, oftalmologista, fisioterapia, etc, para as crianças matriculadas na instituição.

É válido ressaltar que não há nenhum funcionário remunerado, seja qual posição este ocupe, tampouco a instituição recebe qualquer auxílio do Estado para realização do trabalho oferecido. A hierarquia de funcionamento se dá através do 1) Voluntários do dia: é aquele que vai na associação para auxiliar o professor durante as aulas e na organização do ambiente, 2) Professores, 3) Diretoria: refere-se aos gestores de cada área de funcionamento (gestão de voluntários, de eventos, das redes sociais, atividades internas e externas, etc).

Na ONG pesquisada, o primeiro contato para a inserção dos voluntários na instituição acontece por meio das redes sociais, tanto virtuais quanto pessoais, e através dessa comunicação os candidatos a voluntariado são convidados a irem ao local para

conhecer mais sobre o funcionamento da associação e os atendidos. Na maioria das vezes, ao irem visitar já de imediato começam a se voluntariar. Quando perguntamos às entrevistadas (gestora e psicóloga) como conheceram a associação

“Eu conheci pelo F. W. (fundador), eu era cliente da mãe dele, vi o trabalho, as postagens dele. (...) A gente tava jantando, F.W., meu genro e a gente começou a conversar e ele disse que seria ótimo ter uma psicóloga lá, que eu entrasse em contato com as meninas (gestoras), pra ver como fazer uma visita e ver se eu queria fazer o voluntariado, aí entrei em contato com a G.S. por inbox e ela disse que eu poderia ir lá visitar, olhar como é o espaço e em seguida, acho que a M.E.S era presidente, também comecei a falar com ela, e um dia fui lá um dia a tarde e já comecei a voluntariar.” (Psicóloga voluntária)

É válido lembrar que quando é referido o não pagamento do voluntariado, isso indica que este não é feito de forma monetária, mas há outras formas de ressarcimento por este trabalho, “como de ordem emocional, ideológica, simbólica ou profissional”. (GEMELLI; OLTRAMARI, 2020, p. 959). Há outros estudos que indicam que participar ativamente de trabalhos sociais contribui para sanar a necessidade de pertencimento do sujeito, de estar envolvido em causas com sentido e objetivos grupais relevantes (CALDANA; FIGUEIREDO, 2008; GEMELLI; OLTRAMARI, 2020; SALCI et al, 2020; SCARPARO; GUARECHI, 2012).

O trabalho voluntário é conhecido também pela flexibilidade da atuação dentro das organizações, e isso pode contribuir para o atendimento de diversas demandas diferentes dentro da instituição (GEMELLI; OLTRAMARI, 2020).

Por outro lado, há críticos que assinalam que a atuação tradicional dos trabalhos voluntários é marcada por “brincar de solidariedade”, haja vista que esta se baseia em um trabalho não profissionalizado marcado por uma prática assistencialista, a qual reforça um discurso meritocrático e que pouco contribui para a autonomia, a auto-organização e a tomada de consciência da população atendida. A atuação por meio de voluntário, por seu caráter não profissionalizado, também traz como risco a instabilidade e descontinuidade do trabalho ofertado, pela característica de alta rotatividade apresentada por esse tipo de trabalho, e pela postura muitas vezes assumida pelos voluntários, de realizar o trabalho de acordo com os seus valores pessoais, em detrimento das diretrizes dos princípios técnicos, metodológicos e éticos das profissões previstas para atuarem nesses espaços. (CALDANA; FIGUEIREDO, 2008; CALDANA et al, 2012)

Nesse sentido, o voluntário acaba sendo o principal beneficiário do trabalho ofertado, haja vista ser o principal destinatário dos ganhos objetivos, subjetivos e simbólicos de sua própria atuação, ao invés de ser de fato um agente social a fim de ajudar a tornar quem é ajudado em protagonista de sua realidade e também um agente da comunidade em que está inserido (CALDANA; FIGUEIREDO, 2008; CALDANA et al, 2012)

Ademais, como nos apontam Paiva e Yamamoto (2008) e Ferreira (2005), o trabalho voluntário e exercido por ONGs acaba por eximir o Estado de cumprir suas obrigações, o que evidencia o caráter ambivalente das entidades do terceiro setor e das ações que são decorrentes de sua atuação: se por um lado, essas têm como característica surgirem a partir da auto-organização da sociedade civil, o que assinala uma bem vinda ampliação da participação desta na esfera pública; por outro, as ONGs convivem com um risco de reprodução de práticas assistencialistas e caritativas, que não contribuem de fato para que os atendidos superem sua situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Caldana et al (2012), se faz necessário a reflexão das práticas atuantes no voluntariado para pensar um trabalho mais crítico e ético que busque a emancipação dos agentes sociais das organizações sem fins lucrativos.

Durante os procedimentos da pesquisa foi observado que as mulheres eram maioria, tanto na parte do voluntariado quanto dos atendidos: eram as mães que iam levar as crianças ao local, e a maioria dos profissionais e voluntários inseridos na ONG são do gênero feminino, o que deixa evidente o papel da mulher na comunidade e nas ações de cuidado, posto que é esta que não só cuida da casa e dos filhos, mas também atua nos serviços de cuidado à população. Assinalamos, assim, a reprodução dos papéis de gênero presentes em nossa sociedade, que se produzem e reproduzem no cotidiano das comunidades e das instituições presentes em nossa sociedade.

Cumpramos assinalar que, de acordo com as falas dos entrevistados, as atividades ofertadas e o trabalho realizado atendem a uma demanda das famílias da comunidade daquela região, sendo extremamente importante para a construção de novas oportunidades e saberes para as crianças, visto que tudo que é desenvolvido dentro do local alcança os outros contextos dos atendidos da instituição, além de ocupar o tempo contra turno escolar, ofertando atividades educativas, esportivas, culturais e lúdicas e

evitando que os atendidos permaneçam ociosos ou na rua durante o período em que não estão na escola.

No entanto, o fato dessas atividades serem ofertadas de forma pontual e sem articulação com os demais serviços da rede intersetorial (saúde, assistência social, educação, cultura) presentes na comunidade nos levam a refletir sobre como essas atividades estão sendo exercidas para o bem comum dessa população. A não articulação dos serviços pode levar a que duas instituições atuem sobre o mesmo problema de forma desarticulada e, por vezes, em sentidos diferentes, centrando esforços de forma pouco efetiva em uma mesma frente, e deixando outras necessidades da clientela em descoberto.

No presente caso, é possível afirmar que os trabalhos desenvolvidos pela ONG ainda apresentam características associadas a um modelo de cunho assistencialista. Apesar das atividades ofertadas serem realizadas de forma contínua, estas ainda apresentam um caráter pontual, ou seja, não há uma articulação entre as mesmas de acordo com um plano de intervenção técnico que considere a necessidade efetiva de cada atendido e de cada família a fim de oferecer uma atuação que de fato atinja os fatores que levaram à produção da situação de vulnerabilidade, ou seja, que contribua com a emancipação e a autonomia dessas famílias e da comunidade.

Com relação ao trabalho do psicólogo, na instituição que foi objeto deste estudo, há apenas uma profissional da psicologia voluntária, formada há 9 anos, especialista em Neurociências e Desenvolvimento Infanto-juvenil, que atua em clínica fora da instituição como Educadora Parental pela abordagem Disciplina Positiva. De acordo com a própria profissional e também com a gestora, a psicóloga trabalha à frente de três vertentes dentro da ONG: as crianças, os pais e os voluntários. Percebemos a atuação clínica presente dentro da instituição de assistência social, essa justificada pelas dificuldades que os atendidos têm em se deslocar até seu consultório.

“Pela situação eu faço sim a psicologia clínica lá, que é individual, com pais, a criança ou com os irmãos, se eles quiserem, eu faço porque é o modelo que tá dando pra fazer lá, porque eles não têm condições de irem até o consultório.”
(Psicóloga voluntária)

No decorrer da coleta de dados para a pesquisa, ao observar as rodas de conversa, é notável que as intervenções realizadas vinham em direção ao conteúdo emocional das

crianças, buscando trabalhar as habilidades emocionais e sociais, e fornecer elementos para que os atendidos possam realizar os enfrentamentos sociais no decorrer do cotidiano, em casa ou na escola, como exemplo: o bullying. No entanto, também pode-se perceber a presença de um discurso meritocrático para com os atendidos, os quais vivem numa comunidade que vivencia uma vulnerabilidade social perversa por décadas.

“Trabalhei muito o encorajamento, que eles são capazes sim de fazer o que elas quiserem ser, elas podem, e eu vi assim, a relação entre eles mesmos, que é de muita briga, que é criada, e eles por virem de ambientes copiam muito a violência, a forma que eles tem de relacionamento com as pessoas, e a gente conseguir conscientizar, melhorar, falar que a gente pode se relacionar com as pessoas de outra forma, de forma respeitosa e eu vi uma evolução muito grande, crianças hostis que no começo do ano nem sorriam, e no fim do ano você já via a criança correndo e abraçando, se relacionando, é muita coisa.”(Psicóloga voluntária)

O trecho acima também evidencia um desconhecimento e/ou desconsideração dos fatores históricos e sociais que constituem as condições de construção das subjetividades em uma comunidade que sofre os efeitos da vulnerabilidade social, colocando no indivíduo a responsabilidade tanto pelas situações de violência que lhe são impostas quanto pela superação destas, e apontam para o exercício de uma psicologia que enfoca os aspectos individuais e acaba por psicologizar e individualizar questões que são de cunho psicossocial.

Parte desse modelo psicologizante advém da formação profissional ainda individualista ofertada nas graduações: vários autores vão sinalizar uma presença ainda muito tímida de uma psicologia crítica e que considere as questões sociais que permeiam a nossa sociedade e que constituem as subjetividades; o fazer psicológico ainda está muito voltado para a clínica elitista e o profissional ainda não sabe lidar com a maioria da população desse país, que cotidianamente convivem com a pobreza e outras vulnerabilidades sociais (YAMAMOTO, 2007).

Como já dito anteriormente, o profissional que se insere neste campo do saber deve atuar com o objetivo de transformação e emancipação social, desenvolvendo um pensamento crítico no indivíduo diante de sua realidade, engajando a população para agir de forma ativa para identificar e solucionar suas necessidades (SENRA; GUZZO, 2012; PAIVA; YAMAMOTO, 2008). Para isso, podem ser realizadas intervenções

psicossociais, que referem a ações que buscam mudanças na história e cotidiano dessa comunidade, e as quais tem como objetivo e condição “romper com os processos de exclusão, é importante que o sujeito veja-se num lugar de poder, de construtor do seu próprio direito e da satisfação de suas necessidades.” (CREPOP, 2007, p. 18).

6 Considerações finais

Esse estudo buscou compreender a atuação do profissional de psicologia em uma Organização Não Governamental a partir das compreensões dos envolvidos nesse serviço, bem como conhecer como esse trabalho está sendo oferecido e realizado numa organização que busca prestar atendimento socioeducativo em contraturno escolar.

Os dados indicam que a prática exercida pela profissional de psicologia inserida na organização não consegue ainda estar de acordo com o que se espera de sua atuação na área, no que se refere a uma superação da compreensão individualizante acerca da intervenção, em direção à uma atuação que seja psicossocial junto às famílias e comunidades, e que tenha como horizonte a emancipação social. Uma atuação que de fato contribua para superar a vulnerabilidade social deve transcender a compreensão do trabalho como “ajuda às famílias”, mas contribuir na identificação dos aspectos psicossociais das “dificuldades” daquele grupo atendido, rompendo com uma lógica clínica e psicologizante do agir psi e compreendendo os indivíduos e comunidades como os reais condutores de sua própria história.

As atuações dos profissionais da psicologia no Terceiro Setor ainda são recentes, mas devem ser refletidas e executadas a partir de um conhecimento próprio da comunidade que vivencia esse local, e não de acordo com a visão daquele que adentra esse espaço. É preciso construir um entendimento em conjunto do que pode ser realizado, compreendendo o serviço ofertado como um direito do cidadão, que este deve ter participação nas decisões no que se refere a ele, e lembrar a responsabilidade do Estado sobre as políticas públicas que abarcam a questão de vulnerabilidade social.

É evidente que os atendidos precisam ter percepção do seu papel como agentes sociais de sua comunidade e entender que o protagonismo nas ações é importante para que as resoluções requeridas sejam eficazes, pois somente quem vivencia as vulnerabilidades por falta de políticas públicas sabe de suas necessidades. Assinala-se, no entanto, que romper com a lógica de favor e pensar junto com os atendidos o seu lugar na

relação com a instituição de atendimento e com a sociedade como um todo faz parte das intervenções emancipatórias a serem realizadas pelos profissionais da equipe técnica, entre eles o da psicologia.

Por fim, sugere-se a continuidade de pesquisas que aprofundem a discussão sobre o tema, em especial sobre a questão do voluntariado, sua relação com a atuação do psicólogo em ONG's e associações sem fins lucrativos, e o impacto para a categoria profissional, visto que essa forma de atuação retoma vínculos profissionais precários e que demandam nossa atenção.

7 Referências

ANDRADE, Anne Graça de Souza; MORAIS, Normanda Araújo. Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 37, nº 2, p. 378-392, abr/jun 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001412016>. Acesso em 27 mai. 2020.

BOCK, Ana Maria. A Psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, nº 2, p. 315-329, dez 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>. Acesso em 15 set. 2020.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira; SOUZA, Licia Barcelos; CAMILOTO, Cláudio Marcio. Sentidos das ações voluntárias: desafios e limites para a organização do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, nº 1, p. 170-177, abr 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100019>. Acesso em 22 jun. 2020.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira; FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. O voluntariado em questão: a subjetividade permitida. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, nº 3, p. 466-479, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300003>. Acesso em 12 mai. 2020.

CENTRO de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CREPOP, 2007.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Nota Técnica: parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUAS)**. Brasília: Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – CONPAS, 2016.

CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neusa. **Políticas públicas e assistência social: Diálogo com práticas psicológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

FERREIRA, Vitor Cláudio Paradela. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. 257 f. Tese (doutorado em administração), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3266>. Acesso em 05 mar 2020.

GEMELLI, Catia Eli; OLTRAMARI, Andrea Poletto. Voluntariado e formação da identidade: reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, nº1, p. 956-962, jan/mar 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.1.16884>. Acesso em 18 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, nº 1, p. 11-40, 2004. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em 08 ago. 2020.

MAÑAS, Antonio Vico; MEDEIROS, Epitacio Maciel. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, nº 2, p. 15-29, dez 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/52583>. Acesso em 15 jun. 2020.

PAIVA, Ilana Lemos; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. **Revista Psicologia Política**, v. 8, nº 16, p. 231-250, dez 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 13 abr. 2020.

PEREZ, Olivia Cristina. **ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos (as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal**. 256 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2005.tde-27102005-103112>. Acesso em 24 jul. 2020.

SALCI, Maria Aparecida; CASADO, Jessica Manari; WAKIUCHI, Julia; PAIANO, Marcele; CHARLO, Patrícia Bossolani; SALES, Catarina Aparecida. Significando o trabalho voluntário em casa de apoio oncológica. **Escola Anna Nery**, v. 24, nº 4, jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0334>

SENRA, Carmem Magda Guetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, nº 2, p. 293-299, ago 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, nº 1, p. 30-37, abr 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>. Acesso em 18 ago. 2020.